



IAC
Instituto de Apoio à Criança

II ENCONTRO CONTRA OS CASTIGOS CORPORAIS

16.12.2022

Fundação Calouste Gulbenkian

Exma Senhora Ministra da Justiça

Exmo Senhor Vice-Procurador-Geral da República

Exma Senhora Presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e de Protecção das Crianças e Jovens

Exmo Senhor Conselheiro Guilherme d'Oliveira Martins, Ilustre Presidente executivo da Fundação Calouste Gulbenkian e membro do Conselho Consultivo do Instituto de Apoio à Criança

Estimados convidados,

Queridos amigos e amigas

Quero começar por agradecer muito à Senhora Ministra da Justiça a sua presença. É uma honra para o Instituto de Apoio à Criança contar com Vossa Excelência, prestigiada Jurista e Académica.

Sabemos o papel que geralmente assume a Academia na condenação da violência e o Direito Público para o qual tem contribuído com o seu talento e o seu saber, designadamente no Tribunal Constitucional, acrescenta muito à nossa causa, além de termos a certeza que a sua presença representa também um envolvimento do Governo que integra.



A minha especial gratidão ao Senhor Vice-Procurador-Geral da República, que sei estar de alma e coração neste combate. Quando há cerca de 40 anos, perante o Presidente Ramalho Eanes tomou posse como Procurador-Geral da República, o Senhor Conselheiro Cunha Rodrigues, a frase mais impactante que veio em todos os jornais foi a de que o M.P. seria “a voz de quem não tem voz”. Estava então de turno em Setúbal, a minha primeira comarca, e o Senhor Procurador Souto-Moura, que me tinha dado posse um ano antes, tinha sofrido um acidente e pediu-me que o representasse na cerimónia, no Palácio de Belém. Essa frase, que adorei, viria a ser depois repetida até à exaustão, nem sequer sei se é da sua autoria, mas a quem a ouvi primeiro, foi ao empossado nesse Verão de 1983. O Instituto de Apoio à Criança nascera uns meses antes, em Março desse ano. Durante os largos anos em que fui Curadora de Menores, procurei sempre honrar o cargo e a linda frase que me comovera; cuidar das crianças, dever estatutário do Ministério Público, foi sempre a minha missão de vida. Por isso, compreenderá o Senhor Vice-Procurador Geral Carlos Adérito Teixeira, como é particularmente honroso para mim ter aqui Vossa Excelência neste Encontro.

Agradeço também à Senhora Presidente da Comissão Nacional, Sr^a Dr^a Rosário Farmhouse, estimada amiga, a sua disponibilidade de sempre para nos acompanhar nesta causa comum. Já estamos a pensar no terceiro encontro e espero que dessa vez seja mesmo uma iniciativa conjunta no mês da prevenção dos maus tratos, em Abril. No ano do 40^o aniversário do Instituto da Criança, gostava muito dessa união de esforços, que creio seria importante para que se verificasse uma alteração significativa nesta matéria.

Finalmente, não posso deixar de agradecer também à Fundação Gulbenkian, sempre tão disponível para nos acolher. Desde que o IAC nasceu em 1983, a Gulbenkian tem sido uma segunda casa e sabemos que o discurso do Senhor Conselheiro Oliveira Martins foi sentido. Um grande amigo do Instituto da Criança que aceita



sempre os nossos pedidos para escrever e para fazer as mais diversas comunicações, sobre os mais variados temas, dando-nos o privilégio de partilhar o seu imenso saber enciclopédico em múltiplas ocasiões.

Queridos amigos e amigas

Planeámos este II Encontro para Novembro, por ocasião do 33º Aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança, mas as muitas iniciativas na Fundação Calouste Gulbenkian fizeram-nos agendá-lo para Dezembro. Claro que não podíamos prever esta tempestade, que chegou a colocar em risco a realização deste encontro, que quisemos muito que fosse simultaneamente presencial e online. Foi por respeito às quase 500 pessoas que se inscreveram que mantivemos este evento.

Devo esclarecer aliás, que não houve qualquer problema em adiar-se para Dezembro, pois a celebração do Dia dos Direitos Humanos foi no Domingo e combater a violência é um desígnio de todos os dias enquanto não conseguirmos eliminá-la.

Esta é uma Campanha de maratonistas, pois sabemos bem que quando se trata de violências que aparentemente são menos graves, ainda há muita gente que as tolera.

Basta estarmos atentos, e se fizermos um exercício de observação, não apenas presenciemos com frequência em lugares públicos, gritos e ameaças assustadoras a crianças pequeninas, como até palmadas, isoladas ou em série desferidas sem qualquer pudor. Algumas são crianças de tenra idade ou pré-escolar, que ficam magoadas. As palmadas provocam sempre mal-estar, surpresa e muitas vezes choro de dor e incompreensão.

A experiência tem demonstrado que mesmo os meros empurrões ou bofetadas, se desferidas por adultos contra crianças pequenas,



podem causar lesões graves, devido à enorme desproporção entre o agressor e a vítima.

Tive casos no Tribunal de Menores de Lisboa em que crianças pequenas sofreram otorragias e ficaram com problemas oftálmicos sérios por pancadas que aparentemente não conduziriam a lesões graves.

Acresce que, mesmo sem estarmos perante situações mais raras e improváveis, muitos estudos vieram acrescentar à observação empírica efeitos muitíssimo perversos dos castigos corporais.

Vi recentemente uma notícia sobre o 35º Congresso do Colégio Europeu de Neuropsicofarmacologia que se realizou em finais de Outubro que me impressionou imenso. Num estudo realizado por investigadores da Universidade de Lovaina concluiu-se que a parentalidade severa, baseada em manipulação, castigos físicos e rigor excessivo provoca uma mutação no ADN que conduz a uma maior probabilidade de depressão na adolescência e na idade adulta. A reacção química provocada pelo tratamento mais ríspido e severo torna a metilação mais rápida, o que tem consequências negativas ao nível da propensão para a depressão. Já se sabia que o aumento da variação da metilação está associado à depressão, mas estas conclusões vieram mostrar que os castigos corporais são mais graves do que se imaginava e que de facto as palmadas não educam e são, pelo contrário, inaceitáveis. Já se sabia que esse tipo de castigos provocam baixa auto-estima, dificuldades nas relações interpessoais, dificuldades de aprendizagem, porque as crianças se tornam menos curiosas, com receio de errar, mas desconhecíamos que houvesse maior probabilidade de na adolescência e na idade adulta haver depressão.

Portanto, além da dor, da vergonha, da revolta, do sentimento de injustiça, podem ficar doentes, podem ficar até com uma das mais graves doenças do foro mental.



O certo é que enquanto já existe uma censura generalizada aos maus tratos graves, ainda é desvalorizada a violência menos severa, o que é injustificável. A nossa Constituição da República estatui que a integridade pessoal é inviolável e agora sabe-se que não podemos continuar a tolerar este tipo de violência sob pena de podermos causar graves prejuízos ao desenvolvimento equilibrado e saudável das crianças.

Vamos ter oportunidade de saber mais sobre tudo isto quando ouvirmos os nossos cientistas, no painel que se seguirá a esta cerimónia. Por isso, quero agradecer desde já a todos os nossos oradores, e em especial ao Professor Doutor Henrique de Barros, que se dispôs a partilhar as conclusões do estudo que coordenou e que é já uma referência nesta matéria. Obrigada por estar connosco.

Também será muito bom ouvirmos a Doutora Fernanda Salvaterra que apresentará os resultados do estudo que coordenou, claro numa dimensão mais reduzida, mas ainda assim, importante.

E quero também agradecer aos nossos Professores da área jurídica, à Doutora Conceição Cunha, que já coordenou um Projecto pioneiro destinado a contribuir para a condenação dos castigos corporais e que preconizava incluir a não utilização de castigos físicos como dever dos pais, no Código Civil, estratégia que tem sido ultimamente adoptada em diversos Países que se têm associado ao número crescente dos que têm a proibição nas respectivas normas nacionais; e ao Doutor Rui Pereira, Ilustre membro do nosso Conselho Consultivo a quem devemos a inclusão da punição dos castigos corporais no nosso Código Penal em 2007, enquanto coordenador da Comissão de Revisão.

Também quero agradecer à Senhora Provedora de Justiça Maria Lúcia Amaral, que está connosco desde o início neste combate e que quero cumprimentar na pessoa da Senhora Provedora-Adjunta.



Dr^a Estrela Chaby. É fundamental que a Entidade Nacional de Direitos Humanos esteja connosco, porque afinal é disso que se trata quando deploramos todo o tipo de violência.

Por fim, um agradecimento especial à Leonor Bragança, do movimento cívico “Nem mais uma palmada” que nos tem incentivado incessantemente e a quem saúdo pelas ideias sempre tão justas e por nos emprestar todos os dias um pouco do seu entusiasmo e da sua motivação.

No meu coração estão também todos os coordenadores, equipas e voluntários da grande família IAC, e quero abraçar também toda a direcção, enviando um beijinho especial para Londres, onde está a nossa querida Matilde a acompanhar-nos online.

Ao nosso querido Conselheiro Armando Leandro, o meu “Obrigada”.

À nossa querida fundadora e eterna Presidente, Manuela Eanes, que apesar de não estar presencialmente connosco, por impossibilidade, está em espírito e me pediu que dissesse enviar a todos os participantes, um abraço, um “Obrigada” por há 40 anos ter dado forma à ideia brilhante de João dos Santos de criar no nosso País um Instituto da Criança.

Já me alonguei, mas tinha de agradecer a todos.

Aos presentes e aos que nos acompanham online, Obrigada! Conto convosco para mudarmos esta história. Não há qualquer pedagogia na violência!

A violência nunca é a solução.

Lisboa, 14.12.2022

Dulce Rocha